



DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Publicado na Edição de 17 de abril de 2025 | Caderno Executivo | Seção Atos de Gestão e Despesas

EDITAL DE BALANÇO PATRIMONIAL, DE 16 DE ABRIL DE 2025

SOCIEDADE BENEFICENTE SÃO CAMILO

GESTOR DO HOSPITAL REGIONAL DO VALE DO PARAÍBA

CNPJ: 60.975.737/0072-45

Balanço Patrimonial

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(em reais)

ATIVO				PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Circulante	Nota	31/12/2024	31/12/2023	Circulante	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Caixa e equivalentes de caixa	2.2 (a) /3	19.335.935,43	19.729.474,82	Fornecedores	2.2 (c) /8	10.400.499,60	8.258.524,87
Contas a Receber de Convênios e SUS	2.2 (c) /4	23.543.808,91	23.561.140,78	Obrigações trabalhistas	2.2 (c) /9	12.158.859,38	12.013.237,51
Direitos a Faturar (CPC 47)	2.2 (c) /4	5.665.065,97	6.257.097,96	Obrigações sociais	2.2 (c) /10	1.141.975,76	1.173.503,75
Outros Créditos	2.2 (c) /5	169.754,01	261.071,78	Obrigações fiscais	2.2 (c) /11	1.316.966,11	1.338.214,80
Estoques	2.2 (b) /6	5.713.615,11	6.927.903,44	Outras obrigações	2.2 (c) /12	12.330.965,11	14.530.363,89
Despesas Antecipadas	2.2 (c)	25.095,69	12.082,54				
Total do Ativo Circulante		54.453.275,12	56.748.771,32	Total do Passivo Circulante		37.349.265,96	37.313.844,82
Ativo Não Circulante				Passivo Não Circulante			
Contas a Receber	2.2 (c) /4	215.028,90	836.249,78	Contas a Pagar		-	15.497,40
Depósitos judiciais	2.2 (c) /4	1.958.044,28	1.589.316,29	Provisões p/demandas judic. trabalhistas	13	1.553.042,60	3.764.166,15
Imobilizado + Intangível				Provisões p/demandas judic. cíveis	13	2.089.168,00	3.139.545,65
Imobilizado - Gestão Pública	2.2 (e) /7	75.935.535,12	74.105.291,73	Total do Passivo Não Circulante		3.642.210,60	6.919.209,20
(-) Depreciação Acumulada	2.2 (e) /7	(55.516.719,23)	(50.493.305,32)	Patrimônio Líquido			
Intangível - Gestão Pública	2.2 (e) /7	1.379.725,52	1.371.074,62	Patrimônio Social	2.2 (g)	39.093.027,33	38.204.663,69
(-) Amortização Acumulada	2.2 (e) /7	(1.270.586,71)	(1.208.565,54)	Transferências/ Comodato	2.2 (g)	32.410,63	163.880,99
Imobilizações em andamento	2.2 (e) /7	1.450.955,67	377.248,47	Resultado do Exercício	2.2 (f)	(1.511.655,85)	724.482,65
Total do Ativo Não Circulante		24.151.983,55	26.577.310,03	Total do Patrimônio Líquido		37.613.782,11	39.093.027,33
Total do Ativo		78.605.258,67	83.326.081,35	Total do Passivo + Patrimônio Líquido		78.605.258,67	83.326.081,35

As notas explicativas fazem parte destas demonstrações financeiras.

Demonstração do Resultado do Exercício

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em Reais)

Receitas - Saúde	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Receitas Operacionais			
Receitas - Convênios/Particulares	17	104.945.044,40	97.276.046,64
(-) Glosas - Convênios/Particulares	17	(2.972.290,40)	(2.534.987,97)
Receitas Direitas a Faturar (CPC 47)	17	(592.031,99)	1.573.326,24
Receitas - SUS		88.066.555,36	79.459.072,24
(-) Glosas - SUS		(10.652.290,19)	(9.045.984,87)
Receitas - Convênio Estadual - Secretaria da Saúde		88.866.070,37	84.724.152,00
Gratuidades			
Custo Gratuidades Concedidas	14	78.389.948,60	75.389.898,10
(-) Isenção Gratuidades Concedidas	14	(78.389.948,60)	(75.389.898,10)
(=) Receita Operacional Líquida	14	267.661.057,55	251.451.624,28
Custos - Saúde			
(-) Custo dos Serviços Prestados		(250.398.454,40)	(244.574.788,50)
(-) Isenções das Contribuições Previdenciárias/Sociais			
Custo das Contribuições Previdenciárias	14	21.251.366,15	20.532.826,12
(-) Isenção das Contribuições Previdenciárias	14	(21.251.366,15)	(20.532.826,12)
Custo COFINS	14	11.357.968,72	11.062.122,97
(-) Isenção COFINS	14	(11.357.968,72)	(11.062.122,97)
Custo CSLL	14	-	65.203,44
(-) Isenção CSLL	14	-	(65.203,44)
(=) Superávit Bruto		17.262.603,15	6.876.835,78
(+/-) Despesas Administrativas			
Custos com Pessoal		(22.186.757,69)	(20.987.085,83)
Serviços de Terceiros		(1.023.533,16)	(866.824,48)
Materiais Médicos não Reembolsáveis		(465.242,99)	(380.955,45)
Impostos, Taxas e Contribuições		(23.040,71)	(1.681,73)
Gerais		(4.637.261,91)	(4.499.452,51)
(=) Subtotal		(11.073.233,31)	(19.859.164,22)
(+/-) Outras Receitas e Despesas Operacionais			
Receitas com Doações	17	5.853.399,76	6.646.772,53
Receitas Diversas	17	5.571.806,85	4.320.904,20
Subvenções	14	2.870.744,48	12.461.785,97
Despesas Diversas		(6.586.629,58)	(4.401.476,50)
(=) Resultado Antes das Receitas / Despesas Financeiras Líquidas		(3.363.911,80)	(831.178,02)
(+/-) Receitas (Despesas) Financeiras Líquidas com Saúde			
Receitas Financeiras	17	1.992.208,88	1.671.987,22
Despesas Financeiras		(139.952,93)	(116.326,55)
(=) Subtotal		1.852.255,95	1.555.660,67
(=) Déficit /Superávit do Exercício	2.2(f)	(1.511.655,85)	724.482,65

As notas explicativas fazem parte destas demonstrações financeiras.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em reais)

Descrição	Patrimônio Social	Superávit/ (Déficit) do Exercício	Total Patrimônio Líquido
Saldos em 31/12/2022	33.640.477,25	4.564.186,44	38.204.663,69
Incorporação do Resultado anterior ao Patrimônio Social	4.564.186,44	(4.564.186,44)	-
Superávit do Exercício	-	724.482,65	724.482,65
Transferências	163.880,99	-	163.880,99
Saldos em 31/12/2023	38.368.544,68	724.482,65	39.093.027,33
Incorporação do Resultado anterior ao Patrimônio Social	888.363,64	(888.363,64)	-
Déficit do Exercício		(1.511.655,85)	(1.511.655,85)
Transferências	32.410,63		32.410,63
Saldos em 31/12/2024	39.289.318,95	(1.675.536,84)	37.613.782,11

As notas explicativas fazem parte destas demonstrações financeiras.

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em reais)

	31/12/2024	31/12/2023
Déficit / Superávit do Exercício	(1.511.655,85)	724.482,65
Ajustes no resultado para conciliar o caixa:		
Depreciação e amortização	5.085.435,08	2.979.377,03
Transferências recebidas	32.410,63	163.880,99
Resultado ajustado	3.606.189,86	3.867.740,67
Aumento ou Redução de ativos e passivos		
Redução / (Aumento) do Realizável Circulante	700.681,63	2.809.731,16
Redução / (Aumento) de Estoques	1.214.288,33	(1.449.849,27)
Redução / (Aumento) de Desp. Do Exercício Seguinte	(13.013,15)	(5.845,85)
Redução / (Aumento) do Realizável Não Circulante	252.492,89	(82.834,72)
(Redução) / Aumento de Fornecedores	2.141.974,73	(3.056.038,59)
(Redução) / Aumento de Obrigações Trabalhistas	145.621,87	695.008,37
(Redução) / Aumento de Obrigações Sociais	(31.527,99)	106.910,54
(Redução) / Aumento de Obrigações Tributárias	(21.248,69)	34.383,35
(Redução) / Aumento de Outras Obrigações	(2.196.587,58)	3.650.793,71
(Redução) / Aumento do Exigível Não Circulante	(3.276.998,60)	(2.332.221,73)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	(1.084.316,56)	370.036,97
Atividades de investimentos		
(Aquisição do Ativo Imobilizado)	(2.903.950,59)	(1.771.581,75)
(Aquisição do Ativo Intangível)	(8.650,90)	(107.065,92)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimentos	(2.912.601,49)	(1.878.647,67)
Atividades de financiamentos		
(Redução) / Aumento dos Empréstimos Circulante	(2.811,20)	1.589,80
Caixa líquido consumido nas atividades de investimentos	(2.811,20)	1.589,80
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	(393.539,39)	2.360.719,77
Demonstrado como segue:		
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa		
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	19.729.474,82	17.368.755,05
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	19.335.935,43	19.729.474,82
Variação de Caixa e equivalentes de caixa	(393.539,39)	2.360.719,77

As notas explicativas fazem parte destas demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 (Em Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A SOCIEDADE BENEFICENTE SÃO CAMILO (Matriz), mantenedora do HOSPITAL REGIONAL DO VALE DO PARAÍBA (filial), é pessoa jurídica de direito privado, entidade sem fins lucrativos, reconhecida como instituição filantrópica, com sede e foro jurídico na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, fundada em 17 de julho de 1923 e registrada no Conselho Nacional do Serviço Social, processo nº 23.065/38, em 02 de novembro de 1938. A Sociedade Beneficente São Camilo tem as seguintes finalidades: I. Prestar assistência à saúde a quantos buscarem seus serviços, sem distinção de

nacionalidade, raça, credo, opinião política ou qualquer outra condição, prestando serviços gratuitos, permanentes e sem qualquer discriminação de clientela, de acordo com suas possibilidades e o estabelecido na legislação em vigor.

II. Desenvolver atividades educacionais na área religiosa e da saúde, podendo, para tanto, fundar e manter escolas, faculdades e outros cursos e franqueá-los a quem de direito os procurar; podendo oferecer bolsas de estudo e financiar atividades que visem o preparo de recursos humanos na área da saúde.

III. Elaborar e editar material didático relacionado com suas finalidades estatutárias;

IV. Prestar serviços de assistência social ao menor, através de creches e maternais. Este é um hospital geral voltado para a média e alta complexidade, com sede na cidade de Taubaté, tendo como perfil principal o atendimento cirúrgico, contando atualmente com 249 leitos e corpo clínico com 757 médicos cadastrados, o que o torna referência para 39 municípios do Estado de São Paulo. O Hospital Regional do Vale do Paraíba manteve o convênio SPDOC nº 862257/2020 com prazo de vigência de cinco anos, iniciando em 01/07/2020, com aditivos de retratificação entre a Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo e a Sociedade Beneficente São Camilo.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

2.1 APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis no Brasil, requeridas para o período findo em 31 de dezembro de 2024, que consideram as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações – Lei Nº 6.404/76 e alterações posteriores, bem como os entendimentos da NBC TG 1000 (R1) – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas e ITG 2002 (R1) – Entidades Sem Finalidade de Lucro, emitidas pelo CFC - Conselho Federal de Contabilidade. As políticas contábeis estabelecidas na nota explicativa nº 2.2 foram aplicadas uniformemente na preparação das Demonstrações financeiras para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2024 e 2023. A demonstração de resultado abrangente não está sendo apresentada devido não haver resultados nestas características.

BASE DE PREPARAÇÃO

a) Declaração de conformidade As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a pequenas e médias empresas e entidades sem fins lucrativos. A elaboração das demonstrações financeiras foi concluída pela administração em 31 de janeiro de 2025.

b) Moeda funcional e moeda de apresentação Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade.

c) Uso de estimativas e julgamentos A elaboração das demonstrações financeiras requer a utilização de estimativas para o reconhecimento de certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações financeiras da Entidade incluem, portanto, estimativas referentes à avaliação de ativos financeiros a valor justo, análise do risco de crédito na determinação das perdas estimadas de créditos, provisões necessárias para passivos contingentes e outras similares. Os resultados reais

podem apresentar variações em relação às referidas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

d) Base de mensuração As demonstrações financeiras foram preparadas inicialmente com base no custo histórico.

2.2 PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Caixa e Equivalentes de Caixa Incluem dinheiro em caixa, fundos em contas bancárias de livre movimentação e aplicações financeiras e em contas de caderneta de poupança mantidas em Instituições Financeiras de primeira linha. As aplicações financeiras são registradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço. As aplicações em contas de caderneta de poupança são registradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

b) Estoques Os estoques são demonstrados ao custo médio de aquisição, inferior ou igual ao preço atual de mercado e, em geral, compreendem os materiais na operação da Entidade (materiais hospitalares, medicamentos, materiais de consumo etc.).

c) Outros Ativos e Passivos Circulantes e Não Circulantes Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Entidade e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. **d) Ajuste a Valor Presente dos Ativos e Passivos** A Entidade avalia periodicamente o efeito desse ajuste.

Nesse exercício não transacionou operação de longo prazo (ou relevantes de curto prazo) que se qualificassem para serem ajustadas a valor presente.

e) Imobilizado e Intangível Registrados ao custo de aquisição, deduzido de depreciação/amortização acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear às taxas que levam em consideração o tempo de vida útil estimado por bem. As taxas de depreciação em uso estão apropriadas, em relação aos níveis de utilização dos ativos. Ressalte-se que todos os bens móveis adquiridos ou através de doações com verbas de investimentos e verbas de recursos próprios, pertencem ao poder público - "Governo do Estado de São Paulo".

f) Apuração do resultado do exercício As receitas, custos e despesas são apropriadas de acordo com o regime de competência.

g) Patrimônio Líquido O Grupo Patrimônio Líquido é representado pelo Patrimônio Social acrescido pelos superávits e ou diminuído pelos déficits apurados e incorporados anualmente, após deliberação em Assembleia Geral Ordinária.

h) Imposto de Renda e Contribuição Social O imposto de Renda e a Contribuição Social não são devidos em decorrência da imunidade tributária, por tratar-se de Entidade sem fins lucrativos, amparada nos artigos 150, inciso VI, letra "C" e 195, parágrafo 7º, ambos da Constituição Federal de 1988.

3.CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2024	31/12/2023
Caixa geral (Rec. Próprio) Sem restrição	2.000,00	2.000,00
Contas correntes (Rec. Próprio) Sem Restrição	1.764,60	5.214,76
Aplicações Financ. (Rec. Público) Com Restrição	12.023.551,97	12.816.576,94
Aplicações Financ. (Rec. Próprio) Sem Restrição	7.308.618,86	6.905.683,12
	19.335.935,43	19.729.474,82

Os recursos de aplicações financeiras são rentabilizados por Caderneta de Poupança e por Fundo de Investimento de Renda Fixa Curto Prazo Absoluto do Banco do Brasil.

4.CRÉDITOS COM PACIENTES E CONVÊNIOS

Ativo Circulante	31/12/2024	31/12/2023
Créditos com Pacientes Particulares	1.099.786,02	629.106,26
Créditos com Pacientes Convênios	14.876.345,78	15.747.508,54
Créditos de Convênio Estadual	600.000,00	-
Créditos de Pacientes do SUS	7.998.504,71	7.908.627,67
(-) Perdas Estimadas de Créditos	(1.030.827,60)	(724.101,69)
	23.543.808,91	23.561.140,78
Direitos a Faturar - CPC 47 (a)	5.665.065,97	6.257.097,96
	29.208.874,88	29.818.238,74
Ativo Não Circulante	31/12/2024	31/12/2023
Crédito com Pacientes – Longo Prazo	16.915.642,55	16.385.680,75
Outras Cobranças	40.000,00	40.000,00
(-) Perdas Estimadas de Créditos	(16.740.613,65)	(15.589.430,97)
Subtotal	215.028,90	836.249,78
Depósitos Judiciais	1.958.044,28	1.589.316,29
	2.173.073,18	2.425.566,07
Ativo Não Circulante	31/12/2024	31/12/2023
Crédito com Pacientes – Longo Prazo	16.915.642,55	16.385.680,75
Outras Cobranças	40.000,00	40.000,00
(-) Perdas Estimadas de Créditos	(16.740.613,65)	(15.589.430,97)
Subtotal	215.028,90	836.249,78
Depósitos Judiciais	1.958.044,28	1.589.316,29
	2.173.073,18	2.425.566,07

As Perdas Estimadas de Créditos foram avaliadas por vencimento e consideradas suficientes pela administração. (a) Os Direitos a Faturar (CPC 47) se referem à efetiva produção em 2024, cujas contas de pacientes sofrerão o faturamento na próxima competência.

5.OUTROS CRÉDITOS

Outros Créditos - Circulante	31/12/2024	31/12/2023
Créditos de Funcionários	166.167,93	260.974,84
Outros Créditos	3.586,08	96,94
	169.754,01	261.071,78

6.ESTOQUES

Estoques	31/12/2024	31/12/2023
Drogas e Medicamentos	2.424.717,17	3.373.049,37
Materiais de uso paciente	1.735.210,96	2.063.015,56
Gêneros Alimentícios	45.842,62	22.358,74
Produtos de Limpeza	87.007,35	61.889,09
Impressos Mat. de Expediente	68.733,35	56.461,35
Materiais de Laboratório	243.273,76	280.136,35
Materiais Especiais	636.820,67	658.532,15
Outros Materiais	472.009,23	412.460,83
	5.713.615,11	6.927.903,44

7. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL – GESTÃO PÚBLICA

Imobilizado – Gestão Pública	31/12/2023	Adições	Baixas	31/12/2024	Taxa de Deprec.
Benfeitorias Imóveis de 3ºs.	29.682.099,89	-	-	29.682.099,89	4% a.a.
Móveis e Máquinas	13.682.433,78	858.044,06	(0,01)	14.540.477,83	10% a.a.
Apar. e Instr. de Med. e Cirurgia	25.623.361,80	367.636,61	-	25.990.998,41	20% a.a.
Equip. de Proc. Dados	2.583.003,38	486.871,38	-	3.069.874,76	20% a.a.
Equip. de Laboratório	185.718,80	6.411,96	-	192.130,76	20% a.a.
Instalações	1.255.486,14	-	-	1.255.486,14	10% a.a.
Biblioteca	28.083,88	1.302,00	-	29.385,88	10% a.a.
Outras Imobilizações	984.204,06	109.977,39	-	1.094.181,45	10% a.a.
Veículos	80.900,00	-	-	80.900,00	20% a.a.
Total	74.105.291,73	1.830.243,40	(0,01)	75.935.535,12	
(-) Depreciação acumulada	(50.493.305,32)	(5.023.413,99)	0,08	(55.516.719,23)	
(=) Imobilizado – líquido	23.611.986,41	(3.193.170,59)	0,07	20.418.815,89	

Intangível – Gestão Pública	31/12/2023	Adições	Baixas	31/12/2024	Taxa de Deprec.
Software	1.371.074,62	8.650,90	-	1.379.725,52	20% a.a.
(-) Amortização acumulada	(1.208.565,54)	(62.021,17)	-	(1.270.586,71)	
(=) Intangível - líquido	162.509,08	(53.370,27)	-	109.138,81	

Imobilizações em andamento	31/12/2023	Adições	Baixas	31/12/2024
Imobilizações em andamento	377.248,47	1.073.707,20	-	1.450.955,67
(=) Total	377.248,47	1.073.707,20	-	1.450.955,67

8.FORNECEDORES

	31/12/2024	31/12/2023
Fornecedores de Materiais e Medicamentos	3.377.078,41	2.772.623,84
Fornecedores de Serviços Médicos	60.716,67	57.169,91
Fornecedores de Serviços Diversos	488.952,56	340.282,65
Fornecedores de Imobilizado	225.988,12	41.270,28
Fornecedores de Materiais Especiais	4.208.686,37	3.631.980,20
Fornecedores de Materiais Diversos	2.039.077,47	1.415.197,99
Fornecedores	10.400.499,60	8.258.524,87

9.OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

Obrigações – Saúde	31/12/2024	31/12/2023
Ordenados a Pagar	4.597.612,04	4.556.007,04
Provisão de Férias e Encargos	7.561.247,34	7.457.230,47
Obrigações Trabalhistas	12.158.859,38	12.013.237,51

10.OBRIGAÇÕES SOCIAIS

Obrigações – Saúde	31/12/2024	31/12/2023
FGTS a Recolher	720.949,50	706.782,37
INSS a Recolher	406.540,87	454.366,71
INSS a Recolher de Terceiros	9.392,48	11.508,26
Outras Obrigações Sociais	5.092,91	846,41
Obrigações Sociais	1.141.975,76	1.173.503,75

11.OBRIGAÇÕES FISCAIS

Obrigações – Saúde	31/12/2024	31/12/2023
IRRF a Recolher	984.430,92	1.023.170,78
IRRF a Recolher de Terceiros	57.923,26	55.501,60
PIS/COFINS/CSLL a Recolher	188.896,73	177.748,43
ISS na Fonte a Recolher	85.715,20	81.793,99
Obrigações Fiscais	1.316.966,11	1.338.214,80

12.OUTRAS OBRIGAÇÕES

Outras Obrigações – Saúde	31/12/2024	31/12/2023
Honorários Médicos a Pagar	9.336.246,55	8.994.858,23
Contas a Pagar	2.180.155,49	1.926.542,76
Empréstimos a Repassar	479,83	9.652,63
Subvenções a Realizar	742.072,66	3.023.297,33
Outras Obrigações	72.010,58	576.012,94
Outras Obrigações – Circulante	12.330.965,11	14.530.363,89

13.PROVISÃO PARA DEMANDAS JUDICIAIS

A administração do Hospital efetua uma avaliação permanente dos riscos envolvidos nos processos contenciosos que possam surgir no decorrer de suas atividades. Essa avaliação é efetuada com base nas informações disponíveis e nos fatores de riscos presentes em cada processo, com base na

opinião dos seus assessores jurídicos. A avaliação e classificação entre perda provável, possível e remota, efetuada a partir desse trabalho, determinam os casos passíveis de constituição de provisão de acordo com os critérios determinados pela administração, incluindo bases históricas. Para fins de divulgação, os riscos de perda provável e possível correspondem a:

Parecer Jurídico - Processos Judiciais		
Risco de Perda	R\$	Situação
Risco Provável – Processos Trabalhistas	1.553.042,60	Registrado
Risco Provável – Processos Cíveis	2.089.168,00	Registrado
Risco Possível – Processos Trabalhistas	3.141.545,30	Divulgação
Risco Possível – Processos Cíveis	1.112.376,12	Divulgação

14. ATENDIMENTO À LEGISLAÇÃO DAS ENTIDADES DE FINS FILANTRÓPICOS

O Hospital mantém controles que demonstram no exercício de 2024 o cumprimento do percentual de 78,04% de atendimento à pacientes do SUS, medido por paciente-dia, cumprindo o determinado pela Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, regulamentada pelo Decreto nº 7.300, de 14 de setembro de 2010 e Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014, que dispõe sobre as condições que vinculam a concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social – CEBAS e Portaria nº 834, de 26 de abril de 2016 que dispõem sobre o processo de Certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social na área da Saúde (CEBAS-SAÚDE):

Entidade:	SOCIEDADE BENEFICENTE SÃO CAMILO			
	SISTEMA AIH/CIHA – 2024			
MÊS	AIH - SUS E GRATUITOS	CIH	TOTAL MENSAL	%SUS
Janeiro	4.729	1.245	5.974	79,16%
Fevereiro	4.521	1.328	5.849	77,30%
Março	5.112	1.384	6.496	78,69%
Abril	5.159	1.451	6.610	78,05%
Mai	5.262	1.578	6.840	76,93%
Junho	4.976	1.636	6.612	75,26%
Julho	6.489	1.546	8.035	80,76%
Agosto	6.253	1.641	7.894	79,21%
Setembro	6.305	1.557	7.862	80,20%
Outubro	5.127	1.516	6.643	77,18%
Novembro	4.462	1.211	5.673	78,65%
Dezembro	5.158	1.786	6.944	74,28%
Total Geral	63.553	17.879	81.432	78,04%

Em atendimento às normas específicas que regem as entidades assistenciais de saúde, a demonstração de resultados reflete também os seguintes dados:

Gratuidades: Tomando como base os critérios e premissas para cálculo da gratuidade de acordo com as exigências legais, os recursos financeiros do Hospital Regional do Vale do Paraíba no desenvolvimento dos serviços de saúde voltados ao atendimento dos pacientes do Sistema Único de Saúde – SUS, são destinados à assistência integral à saúde de forma inteiramente gratuita. A aprovação dos cálculos bem como das premissas e quantidades de atendimentos informados

utilizados pela Entidade, vincula-se às prestações futuras junto ao CNAS – Conselho Nacional de Assistência Social. Considerando os requisitos para obtenção da concessão ou renovação do CEBAS (Lei Complementar nº 187 de 16 de dezembro de 2021), as pessoas jurídicas qualificadas poderão comprovar sua condição de beneficente, para fins de certificação, através da aplicação do percentual de 20% (vinte por cento) da receita efetivamente recebida e/ou o percentual de atendimento ao SUS acima do limite de 60% (sessenta por cento). Durante o ano de 2024, o montante da gratuidade foi de R\$78.389.948,60 (em 2023 - R\$75.389.898,10), sendo respectivamente 27,61% e 27,26% das Receitas totais demonstradas no quadro abaixo:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Receitas com Saúde	281.285.638,14	263.032.597,12
(-) Glosas – SUS / Convênios	(13.624.580,59)	(11.580.972,84)
(=) Receitas Operacionais com Saúde	267.661.057,55	251.451.624,28
(+) Receitas Subvenções e Rendimentos s/Aplc. Financeira	2.870.744,48	12.461.785,97
(+) Doações	5.853.399,76	6.646.772,53
(+) Receitas Financeiras	1.992.208,88	1.671.987,22
(+) Outras Receitas Operacionais	5.571.806,85	4.320.904,20
(=) Receita Total	283.949.217,52	276.553.074,20

Isenções das Contribuições Previdenciárias/Sociais: representa o montante das contribuições previdenciárias e tributárias apuradas no exercício, que não foram pagas devido ao usufruto da isenção a que fazem jus as entidades filantrópicas, conforme a Lei nº 12.101 de 27/11/2009, Decretos nº 7.237/2010 de 20/07/2010 e nº 7.300/2010 de 14/09/2010, estando assim compostas:

Isenções Usufruidas	31/12/2024	31/12/2023
INSS – Quota Patronal	21.251.366,15	20.532.826,12
COFINS	11.357.968,72	11.062.122,97
CSLL	-	65.203,44
Total	32.609.334,87	31.660.152,53

15.CERTIFICADO BENEFICENTE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

A Entidade é portadora do Certificado Beneficente de Assistência Social na área da saúde – CEBAS/Saúde, concedido pelo Ministério da Saúde conforme Portaria MS nº 622, de 05 de julho de 2012. Para o triênio iniciado em 01/01/2019, o certificado foi deferido de acordo com SEI nº 25000.203986/2018-36 e Portaria SAES/MS nº729, de 08/09/2023, publicada no Diário Oficial da União (DOU) em 13/09/2023, com validade de 01/01/2019 a 31/12/2021. Em 30/11/2021, foi protocolado tempestivamente, o requerimento de renovação, conforme SEI nº 25000.175559/2021-56, o qual se encontra em análise para o período de 01/01/2022 a 31/12/2024. Informamos ainda que a entidade possui outro processo em curso no Departamento, registrado pelo SEI nº 25000.192202/2024-85, protocolado em 14/11/2024, o qual se encontra aguardando decisão final do processo anterior. A Receita Federal do Brasil, por meio da Instrução Normativa RFB nº 2.110, de 17/10/2022, dispõe, em seu artigo 188:

“Art. 188. Observado o disposto nos arts. 186 e 187, o direito à imunidade poderá ser exercido pela entidade beneficente de assistência social a partir do cumprimento dos requisitos previstos na legislação específica, independentemente de requerimento à RFB. (Lei nº 12.101, de 2009, art. 31; e STF, ADI nº 4.480/DF, de 2020).

§ 1º A imunidade das contribuições sociais previdenciárias usufruída pela entidade é extensiva às suas dependências e estabelecimentos, e às obras de construção civil, quando por ela executadas e destinadas a uso próprio."

Até o encerramento dessas demonstrações financeiras, como os pedidos de renovações não foram concluídos, a Entidade está amparada no disposto no §2º, do art. 37, da Lei Complementar nº 187/2021, que estabelece: **"A certificação da entidade permanece válida até a data da decisão administrativa definitiva sobre o requerimento de renovação tempestivamente apresentado".**

16. SUBVENÇÕES – PORTARIAS E TERMOS ADITIVOS

Em 2024 a Entidade movimentou os repasses de diferentes subvenções segregadas em Termos Aditivos e Portarias.

Termos Aditivos de Investimentos pertinentes a 2022 e 2024

A Entidade teve acesso aos seguintes Termos Aditivos de investimentos em 2022 e 2024, conforme abaixo:

- Termo Aditivo nº 06/2022, recebido em 11/11/2022 no valor de R\$ 600.654,00, visando a transferência de recurso financeiro para investimentos estabelecidos por emenda parlamentar para o hospital. O recurso tem prazo de vigência a partir da data de sua assinatura até o encerramento do Convênio com a SES;
- Termo Aditivo nº 07/2022 recebido em 29/12/2022 no valor de R\$1.356.612,88 visando a transferência de recurso financeiro para execução de adequações estruturais para obtenção de Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros (AVCB) do hospital. O recurso tem prazo de vigência a partir da data de sua assinatura até o encerramento do convênio com a SES.
- Termo Aditivo nº 05/2024 apropriado em 31/12/2024 no valor de R\$300.000,00 visando a aquisição de equipamentos para o hospital. O recurso tem prazo de vigência a partir da data de sua assinatura até o encerramento do convênio com a SES. Os recursos recebidos foram acrescentados aos saldos remanescentes do exercício anterior e devidos rendimentos de aplicações financeiras, conforme quadro a seguir:

DESCRIÇÃO	T.A. 06/2022	T.A. 07/2022	T.A. 05/2024	TOTAL
Repasse das verbas	600.654,00	1.356.612,88	-	1.957.266,88
(+) Rendimentos em 2022	7.278,68	-	-	7.278,68
(=) Saldo em 31/12/2022	607.932,68	1.356.612,88	-	1.964.545,56
(+) Rendimentos em 2023	13.966,62	151.573,48		165.540,10
(-) Utilização da Verba em 2023	(585.658,00)	(371.293,76)		(956.951,76)
(=) Saldo em 31/12/2023	36.241,30	1.136.892,60	-	1.173.133,90
Apropriação do T.A. 05/2024	-	-	300.000,00	300.000,00
(+) Rendimentos em 2024	3.471,86	45.128,92		48.600,78
(-) Utilização da Verba em 2024	-	(1.079.662,02)	-	(1.079.662,02)
(=) Saldo em 31/12/2024	39.713,16	102.359,50	300.000,00	442.072,66

Termos Aditivos de Custeio pertinentes a 2023 e 2024

A Entidade teve acesso aos seguintes Termos Aditivos de custeio em 2023 e 2024, conforme abaixo:

• Termo Aditivo nº 02/2023, visando a realização da estratégia de Redução de Filas de Cirurgias Cardíacas no Estado de São Paulo, constante na Resolução SS nº 81, de 06 de julho de 2023, nos meses de novembro a junho de 2024, no hospital. Valor recebido em 01/12/2023 – R\$645.448,35 e em 11/12/2023 - R\$645.448,35;

• Termo Aditivo nº 03/2023 visando a realização do Programa Nacional de Redução das Filas de Cirurgias Eletivas no Estado de São Paulo, Portaria nº 90/GM/MS de 03 de fevereiro de 2023, novembro/2023 a maio/2024, no hospital. Valor recebido em 29/12/2023 - R\$417.996,84;

• Termo Aditivo nº 05/2024 apropriado em 31/12/2024 no valor de R\$300.000,00 visando Repasse de recurso financeiro de custeio Federal estabelecido pela Portaria 2.624/2020 – RENAVEH, para o hospital.

O recurso tem prazo de vigência a partir da data de sua assinatura até o encerramento do convênio com a SES. Os repasses recebidos foram acrescentados aos devidos rendimentos de aplicações financeiras e utilizados em seu objetivo, conforme quadro a seguir:

DESCRIÇÃO	T.A. 02/2023	T.A. 03/2023	T.A. 05/2024	TOTAL
Repasse das verbas	1.290.896,70	417.996,84	-	1.708.893,54
(+) Rendimentos em 2023	7.944,90	162,07	-	8.106,97
(=) Saldo em 31/12/2023	1.298.841,60	418.158,91	-	1.717.000,51
Apropriação do T.A. 05/2024	-	-	300.000,00	300.000,00
(-) Utilização da Verba em 2024	(1.354.834,91)	(436.247,55)	-	(1.791.082,46)
(+) Rendimentos em 2024	55.993,31	18.088,64	-	74.081,95
(=) Saldo em 31/12/2024	-	-	300.000,00	300.000,00

Resoluções recebidas em complementação ao Piso Salarial Nacional de Enfermeiros em 2024

No exercício de 2024 a Entidade recebeu repasses pertinentes à Portaria GM/MS nº 0597 de 12/05/2023, que estabelece os critérios e parâmetros relacionados à transferência de recursos para a assistência financeira complementar da União destinada ao cumprimento dos pisos salariais nacionais de enfermeiros, técnicos e auxiliares de enfermagem e parteiras no exercício de 2023. As resoluções pertinentes aos repasses dispõem sobre os complementos dos repasses da assistência financeira complementar da União, destinada ao piso salarial nacional de enfermeiros, técnicos e auxiliares de enfermagem e parteiras, dos estabelecimentos da Rede Complementar do SUS-SP (Convênios com entidades sem fins lucrativos e Contratos com entidades privadas), conforme segue:

• **Resolução SS nº 187 de 18/12/2023** - Dispõe sobre o complemento financeiro referente a novembro de 2023 e 13º salário - Valor recebido em 20/12/2023 - R\$ 70.017,00;

• **Resolução SS nº 03, de 17 de janeiro de 2024** - Dispõe sobre o complemento financeiro referente a dezembro de 2023 - Valor recebido em 19/01/2024 – R\$32.522,95;

• **Resolução SS nº 28, de 22 de fevereiro de 2024** - Dispõe sobre o complemento financeiro referente a setembro de 2023 - Valor recebido em 29/02/2024 – R\$47.416,70;

• **Resolução SS nº 34, de 27 de fevereiro de 2024** - Dispõe sobre o complemento financeiro referente a janeiro de 2024 - Valor recebido em 29/02/2024 – R\$32.258,40;

- **Resolução SS nº 58, de 21 de março de 2024** – Dispõe sobre o complemento financeiro referente a fevereiro de 2024 – Valor recebido em 27/03/2024 – R\$33.520,30;
- **Resolução SS nº 80, de 15 de abril de 2024** - Dispõe sobre o complemento financeiro referente a março de 2024 - Valor recebido em 22/04/2024 - R\$33.520,30;
- **Resolução SS nº 117, de 20 de maio de 2024** – Dispõe sobre o complemento financeiro referente a abril de 2024 e ajustes de maio a agosto 2023 - Valor recebido em 23/05/2024 - R\$35.936,00;
- **Resolução SS nº 144, de 20 de junho de 2024** - Dispõe sobre o complemento financeiro referente a maio de 2024 - Valor recebido em 24/06/2024 - R\$35.421,45;
- **Resolução SS nº 181, de 16 de julho de 2024** - Dispõe sobre o complemento financeiro referente a junho de 2024 - Valor recebido em 31/07/2024 - R\$24.930,62;
- **Resolução SS nº 197, de 9 de agosto de 2024** - Dispõe sobre o complemento financeiro referente a julho de 2024, do repasse da assistência financeira complementar da União, destinada ao piso salarial nacional de enfermeiros, técnicos e auxiliares de enfermagem e parteiras, dos estabelecimentos administrados por Organizações Sociais de Saúde – OSS. - Valor recebido em 15/08/2024 - R\$53.409,22;
- **Resolução SS nº 222, de 19 de setembro de 2024** – Dispõe sobre o complemento financeiro referente a agosto de 2024, do repasse da assistência financeira complementar da União, destinada ao piso salarial nacional de enfermeiros, técnicos e auxiliares de enfermagem e parteiras, dos estabelecimentos administrados por Organizações Sociais de Saúde – OSS. - Valor recebido em 25/09/2024 – R\$54.004,12.

Os recursos foram destinados exclusivamente aos profissionais técnicos de enfermagem que se enquadraram nos critérios estabelecidos pela Secretaria de Estado da Saúde, com base nas informações enviadas pela plataforma InvestSUS. Os complementos mensais foram pagos aos profissionais até o 5º dia útil do mês subsequente ao recebimento financeiro em atendimento às resoluções supracitadas, em seus artigos 3º. Os valores calculados ultrapassaram o limite a ser pago aos colaboradores, conforme parâmetros da Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo. Os valores residuais foram compostos por valores de colaboradores afastados por auxílio-doença, valores referentes a colaboradores demitidos em meses anteriores às competências enviadas, divergências em função de promoções funcional e outros ajustes apurados pelo Departamento de Pessoal do Hospital. Em dezembro de 2024 foram apurados os valores pertinente a devolução de saldo remanescente do Piso de Enfermagem (maio/2023 a agosto/2024), cuja transferência foi efetuada para a Secretaria de Estado de Saúde (SES/SP) no valor de R\$ 279.502,16, conforme quadro abaixo:

DESCRIÇÃO	SALDO EM C/C RS	VALOR RESIDUAL DE CADA RESOLUÇÃO
Saldo anterior em 31/12/2023	133.162,92	
(-) Utilização da Verba em 01/2024 - Referente Resolução SS nº 187 de 18/12/2023 (20/12/2023)	(42.295,66)	27.721,34
Resolução SS nº 03 de 17/01/2024 (19/01/2024)	32.522,95	11.433,91
(-) Utilização da Verba em 02/2024	(21.089,04)	
(+) Resolução SS nº 28 de 22/02/2024 (29/02/2024)	47.416,70	
(+) Resolução SS nº 34 de 27/02/2024 (29/02/2024)	32.258,40	23.815,83
(-) Utilização da Verba em 03/2024	(55.859,27)	
(+) Resolução SS nº 58 de 21/03/2024 (27/03/2024)	33.520,30	
(-) Utilização da Verba em 04/2024	(20.937,97)	12.582,33
(+) Resolução SS nº 80 de 15/04/2024 (22/04/2024)	33.520,30	
(-) Utilização da Verba em 05/2024	(22.064,47)	11.455,83
(+) Resolução SS nº 117 de 20/05/2024 (23/05/2024)	35.936,00	
(-) Utilização da Verba em 06/2024	(22.728,53)	13.207,47
(+) Resolução SS nº 144 de 20/06/2024 (24/06/2024)	35.421,45	
(-) Utilização da Verba em 07/2024	(25.264,44)	10.157,01
(+) Resolução SS nº 181 de 16/07/2024 (31/07/2024)	24.930,62	
(-) Utilização da Verba em 08/2024	(21.848,10)	3.082,52
(+) Resolução SS nº 197 de 09/08/2024 (15/08/2024)	53.409,22	
(-) Utilização da Verba em 09/2024	(10.018,84)	43.390,38
(+) Resolução SS nº 222 de 19/09/2024 (25/09/2024)	54.004,12	
(-) Utilização da Verba em 10/2024	(9.882,89)	44.121,23
(+) Rendimentos s/Aplicações Financeiras	15.388,39	15.388,39
(-) Devolução de verba à SRS/SP	(279.502,16)	
(=) Total do Saldo Bancário em 31/12/2024	-	

17. RECEITAS OPERACIONAIS

O Hospital Regional do Vale do Paraíba demonstra e apresenta para a Secretaria de Estado da Saúde o Relatório trimestral sobre a posição contabilizada das receitas procedentes de serviços, alheios ao presente instrumento.

17 RECEITAS OPERACIONAIS 2024 (Receitas Alheias)												
ANO 2024	1º Trimestre			2º Trimestre			3º Trimestre			4º Trimestre		
MESES	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
DEMAIS RECEITAS	9.574.132,90	8.284.419,14	8.166.161,94	12.357.681,20	9.796.716,90	9.511.568,11	8.535.929,09	9.363.406,43	8.276.947,40	8.886.112,07	8.026.312,31	6.454.734,28
Particulares	81.972,35	141.721,08	158.099,35	144.945,84	873.019,37	244.474,91	140.056,30	149.465,51	122.919,25	68.343,48	88.832,31	146.995,93
Convênios Privados (-) Glosas	8.955.998,58	7.853.834,81	7.379.315,37	11.306.729,15	8.486.572,68	8.766.708,25	8.272.732,79	8.208.118,31	7.910.297,78	8.139.453,63	7.434.065,56	6.306.049,42
(+) Direitos a Faturar (CPC 47)												
Doações Mat. Med. Incob.	536.161,97	288.863,25	628.747,22	906.006,21	437.124,85	500.384,95	123.140,00	1.005.822,61	243.730,37	678.314,96	503.414,44	1.688,93
RECEITAS DIVERSAS	269.379,40	445.981,21	236.350,83	301.606,19	285.694,71	80.809,31	256.817,25	67.533,43	89.152,44	119.684,63	74.697,72	3.344.099,73
Ganhos de Capital	-	-	-	0,07	-	-	-	-	13.418,26	30.899,51	10.652,13	2.976,86
Recuperações Diversas	32.040,58	29.044,73	28.452,27	27.923,36	29.938,73	32.194,41	28.458,52	32.691,12	33.715,52	44.267,67	30.726,20	44.255,49
Outras Receitas Diversas	4.288,24	2.109,26	2.353,99	66.604,15	6.492,02	23.614,90	18.371,58	8.156,72	12.039,68	17.366,56	966,89	8.020,42
Glosas Recuperações	208.050,58	389.827,22	180.544,57	182.678,61	224.263,96	-	184.987,15	1.685,58	4.978,98	2.150,89	7.352,50	2.345,76
Convênio com UNIFAI	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00
Reversão Provisões para Contingência Cível	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.050.377,05
Reversão Provisões para Contingência Trabalhista	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.211.123,55
RECEITAS FINANCEIRAS	147.776,09	134.498,53	146.735,21	167.002,87	161.689,29	162.444,79	174.983,59	183.626,04	176.157,73	191.866,83	157.522,17	187.905,74
Rendimentos de Aplicações	141.829,46	124.656,92	145.922,34	165.792,86	159.077,62	159.140,21	172.467,33	178.720,91	160.424,91	189.688,51	152.714,02	171.615,72
Juros e Correções Mon.	5.881,41	8.823,31	699,52	1.870,09	2.838,94	2.911,23	1.886,56	4.216,52	15.732,72	2.164,25	4.808,15	14.413,32
Descontos Obtidos	65,22	918,3	113,35	-660,88	571,73	393,35	629,7	688,61	0,1	14,07	-	1.876,70
TOTAL POR MÊS	9.991.288,39	8.864.898,88	8.549.247,98	12.826.290,26	10.244.100,90	9.754.822,21	8.967.729,93	9.614.565,90	8.542.257,57	9.197.663,53	8.258.532,20	9.986.739,75
TOTAL POR TRIMESTRE	27.405.435,25			32.825.213,37			27.124.553,40			27.442.935,48		

18. APLICAÇÕES DE RECURSOS

Os recursos da Entidade foram aplicados em suas finalidades institucionais de conformidade com o seu Estatuto Social, demonstrados pelas suas despesas e investimentos patrimoniais.

19. COBERTURA DE SEGUROS

Para atender medidas preventivas a entidade efetua contratação de seguro em valor considerado suficiente para cobertura de eventuais sinistros. As premissas de riscos adotadas, dadas sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras. Consequentemente, não foram examinadas por nossos auditores independentes.

20. COMPROMISSOS

No encerramento do exercício de 2024 a Entidade não possui outros contratos ou compromissos futuros que requeiram divulgação nas demonstrações financeiras.

Jorge Luiz Alves - Diretor Administrativo - CRA-SP [REDACTED]

Nilton Cesar dos Santos - Diretor Financeiro - CRA-SP [REDACTED]

Irene Rodrigues Damasceno de Oliveira - CRC CT 1SP [REDACTED]

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores da **SOCIEDADE BENEFICENTE SÃO CAMILO** mantenedora do **HOSPITAL REGIONAL DO VALE PARAÍBA** Taubaté – SP **OPINIÃO**

Examinamos as demonstrações financeiras da **SOCIEDADE BENEFICENTE SÃO CAMILO** referente ao convênio para gestão do **HOSPITAL REGIONAL DO VALE PARAÍBA**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e do fluxo de caixa correspondentes ao exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **SOCIEDADE BENEFICENTE SÃO CAMILO** referente ao convênio para gestão do **HOSPITAL REGIONAL DO VALE PARAÍBA** em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e seus fluxos de caixa para ao exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para pequenas e médias empresas (NBCTG 1000-R1), e a entidades sem fins lucrativos (ITG 2002-R1).

BASE PARA OPINIÃO

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

ÊNFASE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Conforme mencionado na nota explicativa nº 15, a **SOCIEDADE BENEFICENTE SÃO CAMILO** possui o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na Área de Saúde – CEBAS, mas o processo de renovação do CEBAS está em curso no Ministério da Saúde. As demonstrações financeiras não refletem nenhum ajuste exigido caso não seja renovado referido certificado. Nossa opinião não contém ressalva em decorrência desse assunto.

OUTROS ASSUNTOS

Leitura das demonstrações financeiras

Conforme mencionado na nota explicativa nº 1, o **HOSPITAL REGIONAL DO VALE PARAÍBA** não possui personalidade jurídica própria, visto que a **SOCIEDADE BENEFICENTE SÃO CAMILO** é a responsável pela operacionalização, administração e execução das atividades e dos serviços de saúde da entidade. Estas demonstrações financeiras devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras da Sociedade Beneficente São Camilo.

RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade e do contrato de gestão continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

RESPONSABILIDADE DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de

fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração; • Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada; • Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo, 31 de janeiro de 2025.

MACSO LEGATE AUDITORES INDEPENDENTES

CRC: [REDACTED]

Vagner Alves de Lira

CT CRC Nº [REDACTED]